

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	11
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	14
---	----

Notas Explicativas	26
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	62
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	64
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	65
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	66
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	625.841.370
Preferenciais	0
Total	625.841.370
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
1	Ativo Total	2.052.358	2.023.807	1.796.052
1.01	Ativo Circulante	24.557	30.941	22.535
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	7.734	13.768	7.426
1.01.03	Contas a Receber	10.822	8.791	8.877
1.01.03.01	Clientes	10.822	8.751	8.877
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	40	0
1.01.03.02.01	Contas a Receber - Parte Relacionadas	0	40	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.311	2.982	2.232
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.311	2.982	2.232
1.01.07	Despesas Antecipadas	884	1.330	3.885
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.806	4.070	115
1.01.08.03	Outros	1.806	4.070	115
1.01.08.03.01	Adiantamentos a fornecedor	1.654	3.908	0
1.01.08.03.20	Outros	152	162	115
1.02	Ativo Não Circulante	2.027.801	1.992.866	1.773.517
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	103.597	68.426	37.909
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	933	4.058	1.332
1.02.01.07	Tributos Diferidos	100.097	54.915	20.385
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	100.097	54.915	20.385
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	1.297	1.271	710
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.270	8.182	15.482
1.02.01.10.03	Dépósito judiciais	436	4.834	9.621
1.02.01.10.04	Diferido	834	3.348	5.861
1.02.03	Imobilizado	7.355	6.549	2.760
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	7.355	6.549	2.760
1.02.04	Intangível	1.916.849	1.917.891	1.732.848
1.02.04.01	Intangíveis	1.916.849	1.917.891	1.732.848
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.916.849	1.917.891	1.732.848

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2	Passivo Total	2.052.358	2.023.807	1.796.052
2.01	Passivo Circulante	590.765	116.093	275.868
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.863	6.147	6.101
2.01.01.01	Obrigações Sociais	5.863	6.147	6.101
2.01.02	Fornecedores	16.992	11.836	16.247
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	16.992	11.836	16.247
2.01.03	Obrigações Fiscais	12.536	2.860	7.609
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	10.971	1.678	6.232
2.01.03.01.02	Outros tributos federais	10.971	1.678	6.232
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.565	1.182	1.377
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	67.911	62.852	62.678
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	67.911	62.852	62.678
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	67.911	62.852	62.678
2.01.05	Outras Obrigações	464.444	17.703	162.306
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	453.363	3.697	148.428
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	11.912	3.028	3.108
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	441.451	669	145.320
2.01.05.02	Outros	11.081	14.006	13.878
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	10.221	12.464	9.076
2.01.05.02.05	Taxa de fiscalização	410	399	379
2.01.05.02.07	Outras contas a pagar	450	1.143	4.423
2.01.06	Provisões	23.019	14.695	20.927
2.01.06.02	Outras Provisões	23.019	14.695	20.927
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção em rodovias	23.019	14.638	15.635
2.01.06.02.05	Provisão para investimentos em rodovias	0	57	5.292
2.02	Passivo Não Circulante	689.335	1.078.470	909.696
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	515.770	576.479	629.586
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	515.770	576.479	629.586

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	515.770	576.479	629.586
2.02.02	Outras Obrigações	101.155	419.568	231.305
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	100.847	412.516	231.305
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	100.847	412.516	231.305
2.02.02.02	Outros	308	7.052	0
2.02.02.02.05	Obrigações Fiscais	308	7.052	0
2.02.04	Provisões	72.410	82.423	48.805
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	46.514	42.080	15.977
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.132	155	84
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	27.803	25.855	1.584
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	17.579	16.070	14.309
2.02.04.02	Outras Provisões	25.896	40.343	32.828
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção em rodovias	25.896	40.343	32.828
2.03	Patrimônio Líquido	772.258	829.244	610.488
2.03.01	Capital Social Realizado	917.789	886.789	600.289
2.03.04	Reservas de Lucros	0	0	10.199
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-145.531	-57.545	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	299.684	419.820	471.414
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-327.942	-408.498	-433.367
3.03	Resultado Bruto	-28.258	11.322	38.047
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-22.025	-45.368	-31.260
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-22.208	-45.716	-31.519
3.04.02.01	Despesas administrativas	-20.564	-44.228	-30.054
3.04.02.02	Remuneração da administração	-1.644	-1.488	-1.465
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	183	348	259
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-50.283	-34.046	6.787
3.06	Resultado Financeiro	-82.885	-68.228	-69.552
3.06.01	Receitas Financeiras	809	1.494	1.941
3.06.01.01	Receitas Financeiras	809	1.494	1.941
3.06.02	Despesas Financeiras	-83.694	-69.722	-71.493
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-83.694	-69.728	-71.486
3.06.02.02	Variação Cambial Líquida	0	6	-7
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-133.168	-102.274	-62.765
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	45.182	34.530	21.246
3.08.02	Diferido	45.182	34.530	21.246
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-87.986	-67.744	-41.519
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-87.986	-67.744	-41.519
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,1406	-0,1281	-0,1261
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	-0,1406	-0,1281	-0,1261

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	-87.986	-67.744	-41.519
4.03	Resultado Abrangente do Período	-87.986	-67.744	-41.519

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	46.743	38.483	9.023
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	106.185	96.086	86.779
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	-87.986	-67.744	-41.519
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	120.655	89.451	55.132
6.01.01.04	Baixa de ativos permanentes	274	28	6
6.01.01.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-45.182	-34.530	-21.246
6.01.01.07	Receita com aplicações financeiras vinculadas	-152	-189	-478
6.01.01.08	Juros e variações monetárias sobre mútuos	27.951	26.620	31.453
6.01.01.09	Juros e variações monetárias sobre empréstimos	49.039	38.366	35.797
6.01.01.11	Despesas/ (receitas) financeiras dos ajustes a valor presente	3.535	3.334	2.312
6.01.01.12	Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	6.725	28.629	15.241
6.01.01.13	Constituição (reversão) de provisão para manutenção	31.326	12.121	10.081
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-59.872	-59.550	-75.409
6.01.02.01	Contas a receber	-2.071	126	-147
6.01.02.02	Contas s receber partes relacionadas	40	-40	44
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-192	-718	1.464
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	2.169	4.787	-2.346
6.01.02.06	Fornecedores	1.035	-2.824	-7.752
6.01.02.07	Fornecedores - partes relacionadas	4.125	83	-223
6.01.02.08	Cauções contratuais de fornecedores	-4.707	4.730	-4.624
6.01.02.09	Obrigações sociais	-284	46	-5
6.01.02.10	Obrigações fiscais	-607	-12.887	2.777
6.01.02.15	Outras contas a pagar	-6.984	4.027	1.774
6.01.02.18	Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	-2.291	-2.526	-1.514
6.01.02.20	Pagamento de juros - federais	-50.105	-54.354	-64.857
6.01.03	Outros	430	1.947	-2.347
6.01.03.02	Despesas antecipadas	420	1.994	-2.359
6.01.03.04	Outros créditos	10	-47	12

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-122.442	-258.369	-285.266
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	-1.558	-4.245	-411
6.02.02	Adições ao intangível	-124.024	-251.555	-288.783
6.02.04	Aplicação financeira vinculada	-2.442	-3.416	-12.144
6.02.05	Valor resgatado das aplicações vinculadas	5.582	847	16.072
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	69.665	226.228	273.297
6.03.01	Captações de empréstimos	0	0	17.263
6.03.02	Pagamentos de empréstimos - principal	-60.338	-55.188	-38.909
6.03.07	Captação de empréstimos empresas ligadas	99.100	0	0
6.03.14	Aumento de capital	31.000	286.500	289.000
6.03.15	Risco Sacado	-97	-5.084	5.943
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-6.034	6.342	-2.946
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	13.768	7.426	10.372
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	7.734	13.768	7.426

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	886.789	0	0	-57.545	0	829.244
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	886.789	0	0	-57.545	0	829.244
5.04	Transações de Capital com os Sócios	31.000	0	0	0	0	31.000
5.04.01	Aumentos de Capital	31.000	0	0	0	0	31.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-87.986	0	-87.986
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-87.986	0	-87.986
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	917.789	0	0	-145.531	0	772.258

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	600.289	0	10.199	0	0	610.488
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	600.289	0	10.199	0	0	610.488
5.04	Transações de Capital com os Sócios	286.500	0	0	0	0	286.500
5.04.01	Aumentos de Capital	286.500	0	0	0	0	286.500
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-67.744	0	-67.744
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-67.744	0	-67.744
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-10.199	10.199	0	0
5.06.04	Reserva de Retenção de Lucros	0	0	-10.199	10.199	0	0
5.07	Saldos Finais	886.789	0	0	-57.545	0	829.244

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	311.289	0	51.718	0	0	363.007
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	311.289	0	51.718	0	0	363.007
5.04	Transações de Capital com os Sócios	289.000	0	0	0	0	289.000
5.04.01	Aumentos de Capital	289.000	0	0	0	0	289.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-41.519	0	-41.519
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-41.519	0	-41.519
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-41.519	41.519	0	0
5.06.04	Reserva de Retenção de Lucros	0	0	-41.519	41.519	0	0
5.07	Saldos Finais	600.289	0	10.199	0	0	610.488

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.01	Receitas	316.583	438.093	488.456
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	215.286	199.263	184.300
7.01.02	Outras Receitas	101.297	238.830	304.156
7.01.02.01	Receitas dos serviços de construção	99.663	236.633	301.814
7.01.02.02	Outras	1.634	2.197	2.342
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-196.687	-335.116	-382.750
7.02.04	Outros	-196.687	-335.116	-382.750
7.02.04.01	Custos dos Serviços Prestados	-38.827	-37.182	-33.088
7.02.04.02	Custo dos serviços de construção	-99.663	-236.633	-301.814
7.02.04.03	Materias, energia, serviços de terceiros e outros	-12.020	-12.109	-12.240
7.02.04.04	Custos de Concessão	-6.937	-5.926	-6.556
7.02.04.05	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovias	-31.326	-12.121	-10.081
7.02.04.06	Outros	-7.914	-31.145	-18.971
7.03	Valor Adicionado Bruto	119.896	102.977	105.706
7.04	Retenções	-120.655	-89.451	-55.132
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-120.655	-89.451	-55.132
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-759	13.526	50.574
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	13.105	41.283	53.237
7.06.02	Receitas Financeiras	809	1.494	1.941
7.06.03	Outros	12.296	39.789	51.296
7.06.03.02	Juros capitalizado	12.296	39.783	51.303
7.06.03.03	Outros	0	6	-7
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	12.346	54.809	103.811
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	12.346	54.809	103.811
7.08.01	Pessoal	28.898	27.504	26.076
7.08.01.01	Remuneração Direta	21.910	20.881	19.822
7.08.01.02	Benefícios	5.647	5.299	4.937
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.341	1.324	1.317

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-26.023	-16.504	-4.026
7.08.02.01	Federais	-36.899	-26.582	-13.264
7.08.02.02	Estaduais	19	12	1
7.08.02.03	Municipais	10.857	10.066	9.237
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	62.308	68.147	71.630
7.08.03.01	Juros	49.039	38.366	35.808
7.08.03.02	Aluguéis	1.741	1.740	1.515
7.08.03.03	Outras	11.528	28.041	34.307
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados	5.098	22.997	31.106
7.08.03.03.02	Despesas Financeiras	6.430	5.044	3.201
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-87.986	-67.744	-41.519
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-87.986	-67.744	-41.519
7.08.05	Outros	35.149	43.406	51.650
7.08.05.01	Juros	27.951	26.620	31.453
7.08.05.02	Juros Capitalizados	7.198	16.786	20.197

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Autopista
Fluminense****RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
DA CONCESSIONÁRIA AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.**

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Concessionária Autopista Fluminense S.A. (“Autopista Fluminense” ou “Companhia”) submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

CONTEXTO DO NEGÓCIO E ATIVIDADE

A concessão da Autopista Fluminense foi outorgada em fevereiro de 2008, através do processo de licitação correspondente ao Edital de Licitação nº 004/2007. A Companhia iniciou suas atividades em 15 de agosto de 2008 com o objetivo exclusivo de explorar, sob forma de concessão, o Lote 04 do Programa Federal de Concessões Rodoviárias, compreendendo o trecho da rodovia BR-101/RJ entre a divisa com o Estado do Espírito Santo e a ponte Presidente Costa e Silva (Ponte Rio-Niterói) em Niterói-RJ.

Suas atividades compreendem a recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias de todo o sistema rodoviário do lote concedido, com o direito de cobrança de pedágio. O prazo de concessão é de 25 anos, não sendo admitida a prorrogação do mesmo.

O Lote 04 tem extensão de 321,6 km e cruza os municípios de Campos dos Goytacazes, Conceição de Macabú, Quissamã, Carapebus, Macaé, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, Silva Jardim, Rio Bonito, Tanguá, Itaboraí, São Gonçalo e Niterói. A rodovia administrada pela Companhia exerce importante papel do ponto de vista econômico, promovendo a ligação entre as regiões Sudeste e Sul do país e conectando a região norte da costa litorânea do Estado do Rio de Janeiro e suas bacias petrolíferas. Permite o acesso a um importante polo turístico, que é a Região dos Lagos, onde se localizam as cidades de Búzios, Cabo Frio, Arraial do Cabo, Rio das Ostras e outras.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à concessionária, ou por ela implantados no âmbito da concessão. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Autopista Fluminense

Atualmente, a Companhia opera cinco praças de pedágio localizadas ao longo da malha viária sob sua concessão com as seguintes características:

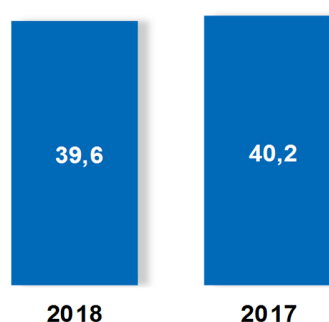
Localização das praças de pedágio	Tarifa (R\$)
Km 040+540 - BR 101 – Campos dos Goytacazes (Conselheiro Josino)	5,50
Km 123+000 - BR 101 – Campos dos Goytacazes (Serrinha)	5,50
Km 192+500 - BR 101 – Casimiro de Abreu (Boa Esperança)	5,50
Km 252+560 - BR 101 – Rio Bonito (Mato Alto)	5,50
Km 299+200 - BR 101 – São Gonçalo (Apolo III)	5,50

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

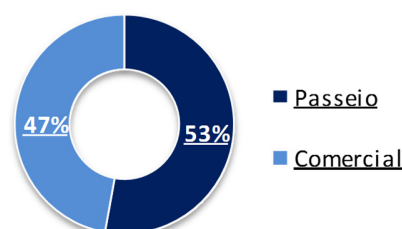
Tráfego

O tráfego pedagiado totalizou 39,6 milhões em 2018, 1,5% abaixo quando comparado ao exercício anterior. Historicamente, os fatores que exercem influência no desempenho do tráfego nas estradas concessionadas estão relacionados principalmente à evolução da atividade econômica brasileira, o que inclui os níveis de produção industrial, aumento ou redução da renda per capita e fatores regionais nas localidades onde estão situadas as rodovias.

Tráfego Pedagiado
Veículos Equivalentes (milhões)

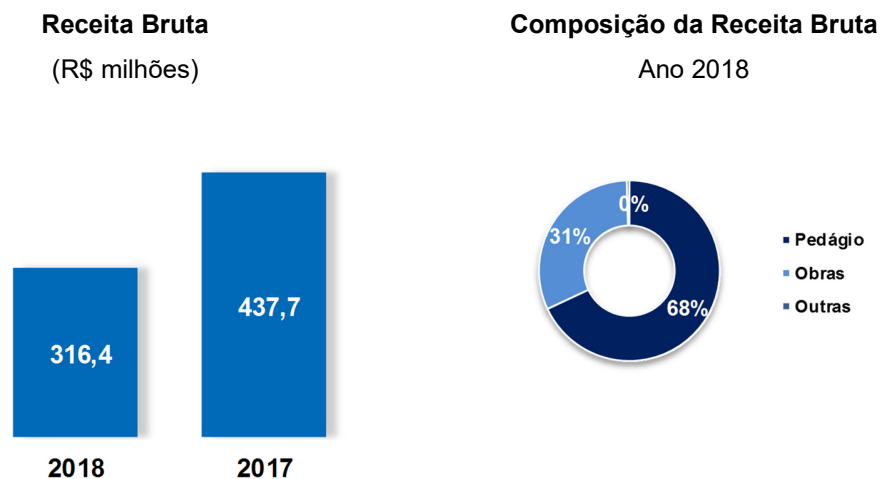


Composição do Tráfego 2018



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Autopista
Fluminense****Receita**

A receita bruta da Companhia, composta por receita de pedágio, receita de obras e outras receitas acessórias, totalizou R\$316,4 milhões em 2018, com uma redução de 27,7% em relação aos R\$437,7 milhões registrados em 2017.



A receita de pedágio cresceu 8%, passando de R\$199,3 milhões em 2017 para R\$215,3 milhões em 2018. Esse aumento foi influenciado pelo reajuste tarifário de 10% em 17 de fevereiro de 2018 quando a tarifa passou de R\$5,00 para R\$5,50.

Já a receita de obras registrou uma diminuição de R\$136,9 milhões (-57,9%), passando de R\$236,6 milhões em 2017 para R\$99,6 milhões em 2018.

As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio, totalizaram R\$1,4 milhões diminuindo em 21,6% em 2018.

No ano de 2018, a Companhia obteve receita líquida de R\$297,5 milhões, R\$122,3 milhões a menos que no ano de 2017. Essa redução se deve basicamente à redução de obras executadas em 2018.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Autopista
Fluminense****Custos e Despesas** (excl. depreciação e amortização)

R\$ milhões	2018	2017	Var. 2018 - 2017
Custo dos serviços de construção	(99,7)	(236,6)	-57,9%
Serviços de terceiros	(25,5)	(23,4)	9,1%
Pessoal	(27,3)	(26,0)	4,8%
Provisão p/ manutenção em rodovias	(31,3)	(12,1)	158,9%
Conservação	(15,8)	(16,3)	-2,8%
Verba de fiscalização	(4,9)	(4,8)	2,3%
Seguros e garantias	(2,0)	(2,0)	1,7%
Remuneração da Administração	(1,6)	(1,5)	9,6%
Consumo	(5,5)	(5,4)	1,9%
Outros	(13,4)	(36,4)	-63,2%
Custos e despesas	(227,1)	(364,4)	-37,7%

Os custos e despesas (excluindo depreciações e amortizações) tiveram um decréscimo de -37,7% em 2018 em comparação ao exercício de 2017. Esta redução de R\$137,4 milhões se deve, principalmente, aos seguintes fatores:

- (i) Redução de R\$136,9 milhões em “Custo de serviços de construção” em razão da diminuição das obras efetuadas em 2018.
- (ii) Aumento de R\$19,2 milhões em provisões para manutenção em rodovias devido a recálculo e postergação do cronograma de obras de manutenção.

EBITDA e EBITDA Ajustado**EBITDA**

R\$ milhões	2018	2017	Var. 2018 - 2017
Receita Líquida	297,5	419,8	-29,1%
(-) Custos e despesas (excl. deprec. e amortização)	(227,1)	(364,4)	-37,7%
EBITDA ¹	70,4	55,4	27,0%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	31,3	12,1	158,9%
EBITDA Ajustado ²	101,7	67,5	50,7%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Autopista
Fluminense**

1. EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.
2. EBITDA Ajustado: Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01). A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício.

A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços nas rodovias, é o EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA mais a reversão da provisão para manutenção de rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.

O EBITDA Ajustado, excluindo os efeitos da provisão de manutenção de rodovias advinda da adoção do ICPC01, encerrou o ano de 2018 em R\$101,7 milhões, com um acréscimo de 50,7% em relação ao ano anterior.

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro			
R\$ milhões	2018	2017	Var. 2018 - 2017
Receitas Financeiras	0,8	1,5	-46,1%
Despesas Financeiras	(83,7)	(69,7)	20,1%
Resultado Financeiro Líquido	(82,9)	(68,2)	21,5%

O resultado financeiro líquido de 2018 foi R\$82,9 milhões negativo, 21,5% a maior que 2017. Os principais fatores que influenciaram esse resultado foram: menores juros capitalizados devido a menos obras realizadas em 2018 e o reconhecimento das atualizações monetárias sobre as multas da ANTT que foram reconhecidas em 2018 como despesas financeiras e em 2017 como despesas com contingências. Os juros incorridos sobre o empréstimo junto ao BNDES e juros sobre mútuos com a controladora e debêntures diminuíram em relação ao ano de 2017, em função da redução

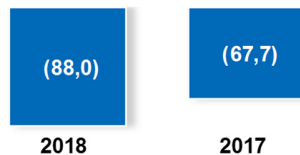
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Autopista
Fluminense**

da taxa de juros durante o exercício de 2018 essa redução ajudou a não ser maior a diferença no resultado financeiro.

Lucro / Prejuízo Líquido

A Companhia encerrou o exercício de 2018 com prejuízo líquido de R\$88 milhões e de R\$67,7 milhões em 2017. Os principais fatores que contribuíram para esse aumento foram: (i) Aumento de R\$137,3 milhões em depreciações e amortizações e (ii) R\$19,2 milhões em provisão para manutenção.

Lucro / Prejuízo Líquido
(R\$ milhões)

**Endividamento**

Endividamento			
R\$ milhões	2018	2017	Var. 2018 - 2017
Dívida Bruta	(583,7)	(639,3)	-8,7%
Curto Prazo	(67,9)	(62,9)	8,0%
Longo Prazo	(515,8)	(576,5)	-10,5%
Disponibilidades e aplicações financeiras ¹	8,7	17,8	-51,3%
Dívida Líquida	(575,0)	(621,5)	-7,5%

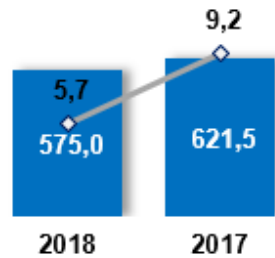
¹ Curto e longo prazo

Em 31 de dezembro de 2018, o endividamento bruto totalizava R\$583,7 milhões, apresentando uma redução de R\$ 55,6 milhões (8,7%) em relação ao ano anterior. Essa redução se deve a que (i) não tivemos liberações em 2018 de empréstimo de longo prazo contratado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; (ii) pagamento do principal e juros durante 2018 e (iii) diminuição da taxa de juros em 2018.

O endividamento líquido (composto pela dívida bruta menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas) encerrou o ano de 2018 em R\$575 milhões, redução de R\$46,5 milhões (7,5%) em relação ao exercício de 2017. Essa redução se deve aos mesmos fatores

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Autopista
Fluminense**

apresentado na redução da dívida bruta e uma redução de caixa em 2017. O grau de alavancagem, medido pela relação dívida líquida / EBITDA Ajustado (últimos 12 meses), ficou em 5,7.

Dívida Líquida e Grau de Alavancagem**INVESTIMENTOS**

Ao longo do exercício, a Concessionária manteve o intenso ritmo de obras de duplicação da Rodovia BR 101/RJ entre os municípios de Rio Bonito e Campos dos Goytacazes, iniciadas no 3T11 após a obtenção da Licença de Instalação junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). A obra contempla a Duplicação de 176,6 quilômetros, dos quais 126,3 quilômetros foram concluídos até 2018. Dos 50,3 quilômetros restantes, 1,7 quilômetros está em contratação, 3,0 quilômetros aguardando liberação da ANTT (Casimiro de Abreu) e 45,6 aguardando Licenciamento Ambiental.

Outras melhorias vêm sendo executadas na rodovia, como a conclusão da Correção de Traçado do km 93+600 ao km 101+900 (8,3 km), 6 Passarelas e 2 Trevos em Desnível.

Também em 2018 a concessionária iniciou as obras de Passagem de Fauna (34 unidades) e do Viaduto Vegetado do km 218.

RECURSOS HUMANOS

A seguir evolução do quadro de pessoal e índice de rotatividade:

	2018	2017
Empregos diretos	435	453
Rotatividade	0,22%	0,99%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Autopista Fluminense

No que concerne à diversidade, apresentamos um indicador com participação majoritária de homens, 65% de homens, contra 35% de mulheres. A média de idade está concentrada em 35 anos. A base de formação educacional do efetivo de pessoal centra-se no Ensino Médio Completo, com 77% dos empregados, 20% possuem nível superior completo e 3% possuem o ensino fundamental.

Ao longo de 2018, a Companhia buscou capacitar seus profissionais com a realização de treinamentos. No total, tais atividades envolveram 11.703 horas de treinamento, o que corresponde, em média, a 26,9 horas de treinamento por profissional.

SUSTENTABILIDADE

A Arteris é uma companhia que conduz seus negócios e tomadas de decisões de forma sustentável, garantindo que sua atuação esteja atrelada a um planejamento estratégico alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Para o Grupo, a sustentabilidade do negócio tem como objetivo oferecer soluções e grandes entregas para o desenvolvimento da infraestrutura brasileira, além de gerar valor para todos os seus stakeholders e comunidades próximas a sua operação.

Nesse contexto, a Arteris trabalha cinco pilares estratégicos que visam orientar o planejamento da companhia. São eles: integridade, crescimento e rentabilidade, pessoas, segurança, e relações e diálogo. Além disso, o Grupo possui outros dois temas transversais que permeiam todos pilares: ação social e tecnologia e inovação.

INTEGRIDADE

A integridade está no DNA da Arteris e em tudo o que ela faz. Atualmente, a companhia conta com um Programa de Integridade, cujo objetivo é garantir que todos os departamentos da companhia estejam igualmente alinhados com o tema, atuando dentro dos padrões da ética e com transparência.

Dentro do Plano de Sustentabilidade da Arteris, a integridade é uma premissa que vai além de gerar uma boa reputação para a companhia. Ela é princípio fundamental para todas as ações do Grupo em seus mecanismos de controle, na implantação de políticas e práticas anticorrupção e no atendimento à legislação e regras. Constantemente, o Grupo apresenta suas práticas de governança perante o setor, a fim de ampliar os mecanismos de avaliação e controle de riscos de compliance

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Autopista Fluminense

Nesse contexto, em 2018, a Arteris e todas as empresas pertencentes ao Grupo aderiram ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, criado pelo Instituto Ethos. Ao assinar o Pacto, o Grupo assumiu o compromisso de divulgar a legislação brasileira anticorrupção para seus colaboradores e públicos de interesse, a fim de que ela seja cumprida em sua totalidade. Além disso, se comprometeu a impedir qualquer forma de suborno, trabalhar pela legalidade e primar pela transparência de informações e colaboração em investigações, quando necessário.

CRESCIMENTO E RENTABILIDADE

Ao longo dos anos, a Arteris tem se consolidado no setor como uma empresa focada em crescimento do negócio, tanto por meio de suas concessões existentes como pelo mapeamento de novas oportunidades no setor.

Oferecer serviços com excelência aos usuários e buscar projetos rentáveis para o Grupo e seus acionistas são as premissas que norteiam esse pilar e todas as iniciativas da companhia. Além disso, a Arteris é comprometida com os cuidados com o meio ambiente, desenvolvendo iniciativas de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas por suas operações.

Ano a ano, os investimentos do Grupo em infraestrutura, excelência operacional, campanhas de conscientização e comunicação vêm contribuindo para transformar a realidade das rodovias concedidas, aprimorando continuamente suas condições de tráfego, comodidade e segurança, ao mesmo tempo em que favorecem para o crescimento sustentável do negócio do ponto de vista financeiro.

PESSOAS

A Arteris conduz o desenvolvimento de seus colaboradores de forma que o crescimento pessoal e profissional de cada um estimule o crescimento do negócio. Reter talentos e engajar o público interno nos temas voltados para sustentabilidade estão entre as prioridades estratégicas da companhia.

Adicionalmente, a empresa trabalha constantemente para conectar o desenvolvimento de seus profissionais com ações de voluntariado. O programa de voluntários do Grupo oferece aos colaboradores da Arteris a possibilidade de praticarem a cidadania, em linha com os valores da companhia.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Autopista Fluminense

SEGURANÇA

O respeito à vida é parte integrante do Plano de Sustentabilidade da companhia, que tem como um dos principais desafios buscar zero fatalidades e liderar o debate para o desenvolvimento de ações conjuntas e estruturadas sobre o tema, fortalecendo a cultura de mobilidade segura na sociedade.

Quando se fala de sustentabilidade, a Arteris acredita que a segurança reflete o impacto positivo do negócio para a sociedade, seja por meio da excelência da operação, seja pela transformação no comportamento provocada pelas campanhas e programas da companhia voltados para educação no trânsito.

A Arteris está comprometida com a meta da “Década de Ação pela Segurança no Trânsito”, da ONU, que estabelece o objetivo de reduzir as mortes no trânsito pela metade até 2020. Até o momento, o Grupo já reduziu em 46% o total de fatalidades em suas rodovias no período de 2011 a 2018.

Iniciativas como essa reforçam o comprometimento do Grupo em ser referência em segurança não só nas rodovias que administra, mas também no contexto de segurança do trabalho.

RELAÇÕES E DIÁLOGO

A Arteris é uma empresa engajada em propor e promover discussões públicas sobre temas estratégicos do negócio e do setor como um todo. Potencializar o relacionamento com stakeholders que permitam gerar valor compartilhado para o Grupo é uma prática de diferentes áreas da companhia, principalmente em assuntos relacionados à operação e eficiência ambiental, com foco na redução de impactos e identificação de novas oportunidades.

INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

Conduzir todos os pilares sob uma perspectiva inovadora é a maneira que o Grupo enxerga para estimular melhoria de processos, identificar oportunidades de parceria e negócios, além de manter o protagonismo nas discussões do setor.

AÇÃO SOCIAL

Com relação às ações sociais, a companhia acredita na estratégia de alinhá-las ao ciclo de vida de suas empresas e respectivas localidades, a partir de uma política de investimento social com critérios claros.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Autopista Fluminense

Atualmente, a Arteris conta com o Projeto Escola, que, há 17 anos, desenvolve atividades com professores e alunos da rede pública de educação. Além disso, o Grupo também desenvolve diversas ações que disseminam mensagens de segurança junto a públicos estratégicos para a redução de acidentes, iniciativas voltadas para saúde e bem estar, e apoio a projetos culturais, sociais e esportivos, com o objetivo de promover inclusão social.

AGRADECIMENTOS

A Concessionária Autopista Fluminense S.A. gostaria de registrar seus agradecimentos aos usuários, investidores, órgãos governamentais, ANTT, Polícia Rodoviária Federal, fornecedores, agentes financiadores e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de colaboradores, pelo empenho e dedicação dispensados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº. 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Concessionária Autopista Fluminense S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no relatório do auditor da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Niterói-RJ, 27 de fevereiro de 2019.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Autopista
Fluminense**

A Administração

DiretoriaSérgio Moniz Barretto Garcia

Diretor Superintendente

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Econômico Financeiro/

Diretor de Relação com Investidores

Flavia Lúcia Mاتيولli Tamega

Diretora Jurídica

Conselho de AdministraçãoAndre Dorf

Conselheiro

Marta Casas Caba

Conselheiro

Marcos Pinto Almeida

Conselheiro

Notas Explicativas

Autopista Fluminense S.A.

Demonstrações Financeiras Referentes ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2018 e Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Notas Explicativas

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Fluminense S.A. ("Sociedade") é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, situada na Rua XV de Novembro, nº 4, Sala 901, Torre Sul, Centro. Constituída em Assembleia Geral de 19 de dezembro de 2007, sua controladora e "holding" é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário-BR-101/RJ, compreendendo o trecho entre a divisa do RJ/ES e Ponte Presidente Costa e Silva, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 04, em conformidade com o Edital de Licitação nº 004/007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Sociedade utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender às suas necessidades de capital de giro. Adicionalmente, acessa o mercado de capitais e conta com empréstimos e financiamentos com as principais instituições financeiras e de fomento do país para complementar sua necessidade de caixa. Em 31 de dezembro de 2018 o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$566.208 (R\$85.152 em 31 de dezembro de 2017).

A geração de caixa, somada capacidade de crédito da Sociedade, além dos recursos oriundos de linhas de financiamento de longo prazo são adequados para fazer frente às suas obrigações de curto prazo registradas no passivo circulante, o que inclui a amortização de seus financiamentos classificados no circulantes, e a manutenção de nível de alavancagem adequado às suas obrigações de longo prazo.

Uma vez que as projeções de receita no médio e longo prazos apontam para patamares crescentes e sustentáveis, por meio da evolução do tráfego pedagiado e dos reajustes tarifários anuais, ao mesmo tempo em que o plano de obras é suportado por financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") e por recursos captados no mercado de capitais por meio da emissão de debêntures de infraestrutura ou outros valores mobiliários, a Administração acredita que a Sociedade possui condições para honrar as obrigações de curto e médio prazos existentes.

A emissão das demonstrações financeiras da Sociedade foi aprovada pelo Conselho de Administração em 27 de fevereiro de 2019.

2. CONCESSÕES

A Autopista Fluminense é uma sociedade por ações, e tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-101/RJ, compreendendo o trecho entre a divisa RJ/ES e Ponte Presidente Costa e Silva, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 04, em conformidade com o Edital de Licitação nº 004/007.

A Sociedade está em plena operação desde 31 de agosto de 2009, quando do início da operação da sua última praça de pedágio na BR-101/km 252 - RJ. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

Notas Explicativas

- 176,6 km de duplicação de rodovia;
- 3,8 km de vias laterais;
- 28,3 km de variantes e contornos;
- Construção de 17 passarelas;
- Construção de 5 praças de pedágio;
- Construção de 7 bases de serviços operacionais – BSO's;
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem;
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de fevereiro, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, além de inclusão e exclusão de pleitos tais como obras, impostos e serviços, que garantam o reequilíbrio do contrato.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à Sociedade ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Sociedade terá o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Em decorrência do modelo de contrato de concessão ser da forma não onerosa e considerar o menor preço de tarifa de pedágio, a Sociedade não paga ao Poder Concedente, pelo direito de exploração do lote mencionado, nenhum ônus fixo e/ou variável.

Os principais compromissos firmados pela Sociedade decorrentes do contrato de concessão são:

- (a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo da concessão, da taxa de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$2.665. A partir de 31 de dezembro de 2018 até o final do exercício de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$37.754 a valor nominal, corrigido pelo IPCA conforme determinado no contrato de concessão.

A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

- (b) A Sociedade deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.
- (c) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no leilão.
- (d) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do edital do leilão.

Notas Explicativas

- (e) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos.
- (f) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão.
- (g) O estatuto social da Sociedade previa a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do contrato de concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade por ações de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 29 de março de 2010.
- (h) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações financeiras para a ANTT e publicá-las.

A Sociedade estima em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$719.977 (R\$821.478 em 31 de dezembro de 2017) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$333.467 (R\$272.483 em 31 de dezembro de 2017) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

A Sociedade vêm negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 31 de dezembro de 2018 estas obras estão estimadas em R\$1.313.172 (R\$1.241.016 em 31 de dezembro de 2017).

Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo preparado por peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- i. Investimentos que geram potencial de receita adicional - registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação ou melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.
- ii. Investimentos que não geram potencial de receita adicional - registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 16.

A Sociedade celebrou Termo de Ajuste de Conduta ("TAC"), com a ANTT, em decorrência de processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, instaurados pela ANTT, desde o início da concessão até 22 de setembro de 2014.

Em decorrência da assinatura desse TAC, a Sociedade, vem realizando o equivalente a R\$31.200 em novas obras não previstas no contrato de concessão, que trarão melhorias, segurança e conforto aos usuários, na rodovia objeto de sua concessão. Em 31 de dezembro de 2018 essas obras encontram-se concluídas.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários.

Notas Explicativas

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade são apresentadas em Real - (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações financeiras apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos do contrato de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste de recuperação dos ativos intangíveis e de realização de créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Sociedade forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue:

Contabilização do contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando, os

Notas Explicativas

investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

(a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

(b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Sociedade reconhece a amortização no resultado linearmente e com base no prazo remanescente da concessão, já que este método é o que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Determinação das receitas de construção

De acordo com CPC 47, quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão consistentes com aquelas divulgadas em 31 de dezembro de 2017, exceto pela adoção de novos pronunciamentos contábeis conforme mencionado abaixo:

Classificação dos ativos e passivos financeiros na adoção inicial do CPC 48 – Instrumentos financeiros

O quadro abaixo apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 40 e as novas categorias de mensuração de acordo o CPC 48:

Notas Explicativas

Ativo ou passivo financeiro	Classificação inicial pelo CPC 40	Saldo em 31.12.2017	Nova classificação de acordo com o CPC 48
Equivalentes de caixa	Ativo financeiro mantido até o vencimento	13.768	Mensurados a valor justo por meio de resultado
Contas a receber clientes	Empréstimos recebíveis	8.751	Custo amortizado
Partes relacionadas	Empréstimos recebíveis	40	Custo amortizado
Aplicações financeiras vinculadas	Empréstimos recebíveis	4.058	Mensurados a valor justo por meio de resultado
Outros Créditos (*)	Empréstimos recebíveis	162	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	638.377	Custo amortizado
Empréstimos partes relacionadas	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	412.516	Custo amortizado
Fornecedores e cauções contratuais	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	24.300	Custo amortizado
Risco sacado	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	954	Custo amortizado
Partes relacionadas	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	3.697	Custo amortizado
Taxa de fiscalização	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	399	Custo amortizado
Outras contas a pagar	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	1.143	Custo amortizado

(*) As aplicações financeiras vinculadas de acordo com a nova classificação do CPC 48 são mensuradas a valor justo por meio do resultado, tendo sido alterada a descrição utilizada na apresentação do trimestre anterior em divulgação na Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

4.1 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros ativos e passivos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: mensurados ao valor justo por meio de resultado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e custo amortizado.

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Sociedade são classificados sob as seguintes categorias:

Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras, sendo as variações reconhecidas no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria.

Notas Explicativas

No caso da Sociedade, nessa categoria estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros derivativos. Os saldos dos instrumentos derivativos não liquidados são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras e classificados no ativo ou passivo, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas rubricas de "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras".

Custo amortizado

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

4.2 Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

4.3 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido as despesas das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Depreciação

As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens demonstrada na nota explicativa nº 9, limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão.

4.4 Ativo intangível

Ativo intangível oriundo do contrato de concessão

A Sociedade reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado linearmente, com base no prazo remanescente da concessão ou pela vida útil (dos dois o menor), a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, já que este método é o que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Notas Explicativas

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles que não tenham sido alocados diretamente à concessão, ou outros ativos e passivos que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível nas demonstrações financeiras e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

4.5 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se basicamente de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

4.6 Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizadas pelo tempo dos contratos.

4.7 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativa da contribuição social e diferenças

Notas Explicativas

temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, e partindo da estimativa da Sociedade de lucros tributáveis futuros.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são registrados com base nos ajustes a valor presente decorrentes do direito de concessão, e dos ajustes referentes a eventuais mudanças de práticas contábeis, conforme a nota explicativa nº 7.

4.8 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e que é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado o desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

Provisão para investimentos

Provisão para investimentos: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de 7,30% ao ano em 31 de dezembro de 2018 (6,40% ao ano em 31 de dezembro de 2017). A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Provisão para manutenção

Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 7,30% ao ano em 31 de dezembro de 2018 (6,40% ao ano em 31 de dezembro de 2017). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco.

Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos cíveis, trabalhistas e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais

Notas Explicativas

ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais.

4.9 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

4.10 Reconhecimento de receita

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria estabelecidos no contrato de concessão é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão das obras realizadas. A receita de operação ou serviço é reconhecida no período em que os serviços são prestados.

Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão.

4.11 Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

4.12 Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº 17.

4.13 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante o exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da

Notas Explicativas

equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4.14 Normas e interpretações novas e revisadas e emitidas

IFRSs novas e revisadas já emitidas, adotadas

4.14.1 IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes

A partir de 1º de janeiro de 2018 entrou em vigor a norma IFRS 15/CPC 47 que substituiu todos os requisitos de reconhecimento de receita de acordo com as normas IFRS/CPC's. Essa nova norma estabeleceu um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15/CPC 47 a receita deve ser reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma Sociedade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Uma entidade reconhece receitas de acordo com esse princípio básico por meio da cumulativa observância aos seguintes passos:

Passo 1: Identificar o(s) contrato(s) com um cliente – um contrato é um acordo entre duas ou mais partes que cria direitos e obrigações exequíveis. Os requisitos da IFRS 15 se aplicam a todo contrato que tenha sido celebrado com um cliente e que atenda critérios específicos.

Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho no contrato – um contrato inclui promessas de transferência de produtos ou serviços a um cliente. Se esses produtos ou serviços forem distintos, as promessas constituem obrigações de desempenho e são contabilizadas separadamente.

Passo 3: Determinar o preço da transação – o preço da transação é o valor da contraprestação em um contrato ao qual uma entidade espera ter direito em troca de transferir produtos ou serviços prometidos a um cliente.

Passo 4: Alocar o preço de transação às obrigações de desempenho no contrato – uma entidade normalmente aloca o preço da transação a cada obrigação de desempenho com base nos preços de venda individuais relativos de cada bem ou serviço distinto prometido no contrato.

Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou à medida que) a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho – uma entidade reconhece receitas quando (ou à medida que) satisfaz uma obrigação de desempenho ao transferir um bem ou serviço prometido a um cliente (o que ocorre quando o cliente obtém o controle desse bem ou serviço). O valor da receita reconhecida é o valor alocado à obrigação de desempenho satisfeita.

As controladas da Sociedade têm como principais transações a receita de pedágio e a receita de construção. A Sociedade realizou uma avaliação nas cinco etapas do novo modelo de reconhecimento da receita, e não identificou alterações ou impactos significativos em relação ao reconhecimento anterior dessas receitas, dado que são reconhecidas mediante a prestação do serviço ao usuário, no caso da receita de pedágio, e conforme incorridas na construção dos ativos intangíveis como cumprimento do contrato de concessão, no caso das receitas de construção. As demais receitas foram compreendidas nesta análise e estão substancialmente de acordo com a norma IFRS 15/CPC 47.

4.14.2 IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração - Metodologia de estimativa de redução ao valor recuperável (*impairment*)

O IFRS 9 introduziu o conceito de Perdas de Crédito Esperadas em oposição às perdas de créditos incorridas na norma anterior (IAS 39). Os ativos financeiros sujeitos aos requisitos

Notas Explicativas

de redução ao valor recuperável (*impairment*) são aqueles mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O objetivo dos requisitos de *impairment* é reconhecer as perdas de créditos esperadas ao longo da vida para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumento significativo de risco de crédito desde o reconhecimento inicial – seja avaliado individualmente ou coletivamente – considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

As controladas da Sociedade possuem concentração em sua carteira de clientes e não possuem histórico de perdas em seus instrumentos financeiros. A Administração efetuou uma análise de risco de crédito da carteira e concluiu que não existem perdas a serem reconhecidas em seus recebíveis e nem em relação aos demais instrumentos financeiros.

IFRSs novas e revisadas já emitidas, porém ainda não adotadas

Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB” nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Sociedade não adotou de forma antecipada para a preparação dessas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Pronunciamento ou interpretação	Descrição
IFRS 16 – Arrendamentos (em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019)	A IFRS 16 fornece um modelo abrangente para a identificação de contratos de arrendamento e seu tratamento nas demonstrações financeiras de arrendatários e arrendadores. Ela substituirá as seguintes normas e Interpretações quando estiver em vigor: - IAS 17 Arrendamentos; - IFRIC 4 Determinação se um Acordo contém Arrendamento; - SIC-15 Arrendamentos Operacionais – Incentivos; e - SIC-27 Avaliação da Essência das Transações Envolvendo a Forma Legal de Um Arrendamento.
IFRIC 23 - Incerteza sobre o Tratamento do Imposto de Renda (em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019)	A IFRIC 23 descreve como determinar a posição fiscal e contábil quando houver incerteza sobre o tratamento do imposto de renda. A interpretação requer que a entidade: - Determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo; e - Avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização, por uma entidade nas suas declarações de imposto de renda; - Em caso positivo, a entidade deve determinar sua posição fiscal e contábil em linha com o tratamento fiscal utilizado ou a ser utilizado nas suas declarações de imposto de renda. - Em caso negativo, a entidade deve refletir o efeito da incerteza na determinação da sua posição fiscal e contábil.
Alterações à IFRS 9 - Características de Pagamento Antecipado com Compensação Negativa. (em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019)	As alterações à IFRS 9 esclarecem que, para determinar se uma característica de pagamento antecipado satisfaz a condição de “apenas pagamentos de principal e juros”, a parte que exerce a opção pode pagar ou receber compensação razoável pelo pagamento antecipado independentemente do motivo para o pagamento antecipado. Em outras palavras, as características de pagamento antecipado com compensação negativa não descumprem automaticamente condição de “apenas pagamentos de principal e juros”.
Alterações à IAS 28 (CPC 18 (R2)) - Investimentos de Longo Prazo em Coligadas e Joint Ventures (em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019)	A alteração esclarece que a IFRS 9, inclusive as exigências de redução ao valor recuperável, é aplicável a investimentos de longo prazo. Adicionalmente, ao aplicar a IFRS 9 a investimentos de longo prazo, a entidade não leva em conta os ajustes ao seu valor contábil necessários de acordo com a IAS 28 (isto é, ajustes ao valor contábil dos investimentos de longo prazo resultantes da alocação das perdas da investida ou da avaliação da redução ao valor recuperável de acordo com a IAS 28).

Notas Explicativas

Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2015-2017 - Alterações à IFRS 3 (CPC 15 (R1)) - Combinações de Negócios, IFRS 11 (CPC 19 (R2)) - Negócios em Conjunto, IAS 12 (CPC 32) - Impostos sobre a Renda e IAS 23 (CPC 20 (R1)) - Custos de Empréstimos (em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019)	As Melhorias Anuais incluem alterações a quatro normas. - IAS 12 – Impostos sobre a Renda: As alterações esclarecem que a entidade deve reconhecer as consequências do imposto de renda incidente sobre dividendos no resultado, em outros resultados abrangentes ou no patrimônio dependendo de onde a entidade reconheceu originalmente as transações que geraram o lucro a distribuir. Este é o caso independentemente da aplicação de alíquotas fiscais diferentes para o lucro distribuído e a distribuir. - IAS 23 - Custos de Empréstimos: As alterações esclarecem que se houver algum empréstimo específico em aberto após o correspondente ativo estar pronto para seu uso ou venda pretendida, esse empréstimo se torna parte dos recursos que a entidade toma emprestado geralmente ao calcular a taxa de capitalização sobre empréstimos em geral. - IFRS 3 - Combinações de Negócios: As alterações à IFRS 3 esclarecem que quando a entidade obtém o controle de um negócio que é uma operação conjunta, a entidade aplica as exigências de combinação de negócios em estágios, inclusive a remensuração da participação anteriormente detida na operação conjunta ao valor justo. A participação anteriormente detida a ser remensurada inclui qualquer ativo, passivo e ágio não reconhecido relacionado à operação conjunta. - IFRS 11 – Negócios em Conjuntos: As alterações à IFRS 11 esclarecem que quando uma parte que participa em uma operação conjunta que corresponde a um negócio, mas não detém o controle conjunto dessa operação, obtém o controle conjunto dessa operação conjunta, a entidade não remensura a sua participação anteriormente detida na operação conjunta.
Alterações à IAS 19 (CPC 33 (R2)) - Alteração, Redução ou Liquidação de Plano de Benefícios aos Empregados (em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019)	As alterações esclarecem que o custo de serviços passados (ou do ganho ou da perda de liquidação) é calculado mensurando o passivo (ativo) de benefícios definidos com base em premissas atualizadas e comparando os benefícios oferecidos e os ativos do plano antes e após a alteração do plano (ou sua redução ou liquidação) mas ignorando o efeito do teto de ativos (que pode surgir quando o plano de benefícios definidos está em posição de superávit). A IAS 19 esclarece que a alteração no efeito do teto de ativos resultante da alteração do plano (ou sua redução ou liquidação) é determinada em uma segunda etapa e reconhecida normalmente em outros resultados abrangentes. Os parágrafos relacionados à mensuração do custo de serviços correntes e dos juros líquidos sobre o passivo (ativo) de benefícios definidos líquidos também foram alterados. A entidade deverá usar as premissas atualizadas dessa remensuração para determinar o custo de serviços correntes e os juros líquidos para o restante do período de relatório após a alteração do plano. No caso dos juros líquidos, as alterações esclarecem que para a alteração do plano após o período, os juros líquidos são calculados multiplicando-se o passivo (ativo) de benefícios definidos conforme remensurado de acordo com a IAS 19 e a taxa de desconto usada na remensuração (também levando em consideração o efeito das contribuições e os pagamentos de benefícios sobre o passivo (ativo) de benefícios definidos líquidos).

Notas Explicativas

Alterações à IFRS 10 e IAS 28 Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto (em vigor para exercícios iniciados a partir de uma data a ser determinada)	As alterações tratam de situações em que há uma venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou controlada em conjunto.
--	---

A Administração da Sociedade avaliou ou está em processo de avaliação e mensuração dos impactos na adoção dessas normas. Com base em avaliações preliminares a Sociedade não espera que essas alterações tenham efeito significativo sobre as demonstrações financeiras, exceto pelo IFRS 16, em que a Sociedade entende que o maior impacto produzido por essa norma está no reconhecimento no balanço de contratos de prestação de serviços relacionados a rodovias e a alugueis de edifícios e equipamentos, porém até o fechamento destas demonstrações financeiras, a Sociedade está em processo de análise destes e dos demais contratos de arrendamento para eleger o critério de transição à nova Norma.

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Caixa e contas bancárias	2.504	2.584
Aplicações financeiras (*)	<u>5.230</u>	<u>11.184</u>
Total	<u>7.734</u>	<u>13.768</u>

(*) As aplicações financeiras representam valores aplicados em fundos de investimento, destinados a receber aplicações de investidores restritos, com liquidez diária, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e remuneração equivalente, na média, a 98,54% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, tendo como características aplicações pós-fixada em títulos públicos federais, Certificado de Depósito Bancário - CDB, letras financeiras e operações compromissadas lastreadas em debêntures de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito. Todos os ativos que compõe os fundos de investimento, inclusive as LFT's, são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo da Sociedade.

Notas Explicativas**6. CONTAS A RECEBER**

Estão representados por:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	9.689	7.785
Cupons de pedágio a receber	344	-
Cartões de pedágio a receber	40	367
Receitas acessórias a receber	740	599
Outras receitas a receber	9	-
Total	<u>10.822</u>	<u>8.751</u>

(*) Conforme nota explicativa nº 24.c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2018 e de 2017. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a) Conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social efetiva e nominal**

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é como segue:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(133.168)	(102.274)
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	45.277	34.773
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças permanentes	(95)	(243)
Total	<u>45.182</u>	<u>34.530</u>
 Imposto contabilizado	 45.182	 34.530
 Imposto de renda e contribuição social:		
Diferido	45.182	34.530
	<u><u>45.182</u></u>	<u><u>34.530</u></u>

Notas Explicativas**b) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Estão representados por:

<u>Não circulante</u>	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	
	31.12.2018	31.12.2017
<u>Diferenças temporárias ativas</u>		
Prejuízo fiscal (a)	239.290	101.961
Provisão de participação nos lucros	2.180	2.493
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	46.514	42.080
Outras provisões	(75)	614
Provisão para manutenção de rodovias	48.915	54.981
Amortização acumulada de obras futuras	-	5.036
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	3.667	3.667
Ajuste dos encargos financeiros (confirming)	(6)	(10)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	<u>340.485</u>	<u>210.822</u>
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total	<u>115.765</u>	<u>71.679</u>
<u>Diferenças temporárias passivas:</u>		
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(59.598)	(59.598)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	13.059	9.810
Estorno de capitalização de juros	578	578
Amortização estorno de capitalização de juros	(120)	(96)
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	<u>(46.081)</u>	<u>(49.306)</u>
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total	<u>(15.668)</u>	<u>(16.764)</u>
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>100.097</u>	<u>54.915</u>

- a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.
- b) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.
- c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei no 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se em previsões de sua Administração, portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

Exercício a findar-se em:

Notas Explicativas

<u>Impostos diferidos</u>	<u>Ativo não circulante</u>
2019	713
2020	11.760
2021	11.760
2022	11.760
2023	11.760
Após 2023	68.012
	<u>115.765</u>

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. A seguir breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A Sociedade deve depositar em conta de pagamento de instituição financeira 35% da arrecadação das praças de pedágio. Esses recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento com o BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 31 de dezembro de 2018 o saldo é de R\$933 (R\$4.058 em 31 de dezembro de 2017), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira e essas aplicações foram remuneradas em média a 95,29% da variação do CDI.

9. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Imobilizado em andamento	Total
<u>Custo do imobilizado</u>							
Saldo em 31.12.2017	1.179	1.592	721	656	3.535	1.184	8.867
Adições	146	1.112	-	7	198	95	1.558
Transferências/reclassificações	-	-	-	1.638	30	(1.278)	390
Alienações/baixas	(30)	-	(13)	-	-	-	(43)
Saldo em 31.12.2018	1.295	2.704	708	2.301	3.763	1	10.772
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2017	(432)	(482)	(41)	(484)	(879)	-	(2.318)
Depreciações	(116)	(204)	(86)	(163)	(558)	-	(1.127)
Alienações/baixas	26	-	2	-	-	-	28
Saldo em 31.12.2018	(522)	(686)	(125)	(647)	(1.437)	-	(3.417)
<u>Imobilizado líquido</u>							
Saldo em 31.12.2017	747	1.110	680	172	2.656	1.184	6.549
Saldo em 31.12.2018	773	2.018	583	1.654	2.326	1	7.355
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	4%	10%		

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Imobilizado em andamento	Total
<u>Custo do imobilizado</u>							
Saldo em 31.12.2016	740	1.030	342	645	1.854	-	4.611
Adições	469	562	338	11	1.681	1.184	4.245
Transferências/reclassificações	-	-	41	-	-	-	41
Alienações/baixas	(30)	-	-	-	-	-	(30)
Saldo em 31.12.2017	1.179	1.592	721	656	3.535	1.184	8.867
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2016	(356)	(403)	(17)	(424)	(651)	-	(1.851)
Depreciações	(78)	(79)	(24)	(60)	(228)	-	(469)
Alienações/baixas	2	-	-	-	-	-	2
Saldo em 31.12.2017	(432)	(482)	(41)	(484)	(879)	-	(2.318)
<u>Imobilizado líquido</u>							
Saldo em 31.12.2016	384	627	325	221	1.203	-	2.760
Saldo em 31.12.2017	747	1.110	680	172	2.656	1.184	6.549
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	4%	10%		

10. INTANGÍVEL

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2017	1.916.533	2.510	232.756	1.205	2.153.004
Adições	49.919	203	63.288	3.211	116.621
Transferências/reclassificações	140.847	-	(139.923)	(1.314)	(390)
Alienações/baixas	(259)	-	-	-	(259)
Saldo em 31.12.2018	<u>2.107.040</u>	<u>2.713</u>	<u>156.121</u>	<u>3.102</u>	<u>2.268.976</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2017	(234.479)	(634)	-	-	(235.113)
Amortizações	(116.867)	(147)	-	-	(117.014)
Saldo em 31.12.2018	<u>(351.346)</u>	<u>(781)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(352.127)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2017	1.682.054	1.876	232.756	1.205	1.917.891
Saldo em 31.12.2018	1.755.694	1.932	156.121	3.102	1.916.849
Taxas de amortização - a.a.	4%	20%			

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2016	1.192.697	2.102	685.488	1.205	1.881.492
Adições	90.570	408	180.575	-	271.553
Transferências/reclassificações	633.266	-	(633.307)	-	(41)
Saldo em 31.12.2017	<u>1.916.533</u>	<u>2.510</u>	<u>232.756</u>	<u>1.205</u>	<u>2.153.004</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2016	(148.114)	(530)	-	-	(148.644)
Amortizações	(86.365)	(104)	-	-	(86.469)
Saldo em 31.12.2017	<u>(234.479)</u>	<u>(634)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(235.113)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2016	1.044.583	1.572	685.488	1.205	1.732.848
Saldo em 31.12.2017	1.682.054	1.876	232.756	1.205	1.917.891
Taxas de amortização - a.a.	4%	20%			

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.
- (b) Refere-se a obras em andamento tendo como a principal a duplicação da BR101/RJ.

A Administração preparou a projeção de fluxo de caixa descontado da Sociedade e concluiu que não há necessidade de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade capitalizou o montante de R\$12.296 (R\$39.783 em 31 de dezembro de 2017) referente aos custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização em relação aos valores principais de dívidas, em 2018 foi de 1,62% ao ano e 5,06% ao ano em 2017.

Notas Explicativas**11. DIFERIDO**

É representado por:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	4.496	4.496
Consumo	4.298	4.298
Custos contratuais da concessão	3.549	3.549
Depreciações e amortizações	80	80
Conservação da rodovia	10.847	10.847
Serviços de terceiros	1.207	1.207
Tributários	1.240	1.240
Resultados financeiros	(351)	(351)
Outros gastos	(12)	(12)
	<u>25.354</u>	<u>25.354</u>
Amortização acumulada	<u>(24.520)</u>	<u>(22.006)</u>
	<u>834</u>	<u>3.348</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido no contrato de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

Moeda local	31.12.2018			31.12.2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	63.263	581.265	644.528	63.141	634.556	697.697
Captações/Renovações	2.876	-	2.876	34.231	-	34.231
Juros provisionados	54.137	-	54.137	54.191	7.172	61.363
Amortização de principal	(63.311)	-	(63.311)	(94.503)	-	(94.503)
Pagamento de juros	(50.105)	-	(50.105)	(54.354)	-	(54.354)
Transferência	61.645	(61.645)	-	60.463	(60.463)	-
AVP/Risco sacado	2	-	2	94	-	94
	<u>68.507</u>	<u>519.620</u>	<u>588.127</u>	<u>63.263</u>	<u>581.265</u>	<u>644.528</u>
Custo de transação	(596)	(3.850)	(4.446)	(411)	(4.786)	(5.197)
Saldo final	<u>67.911</u>	<u>515.770</u>	<u>583.681</u>	<u>62.852</u>	<u>576.479</u>	<u>639.331</u>

Notas Explicativas

A composição dos empréstimos é como segue:

Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	31.12.2018	31.12.2017
BNDES - A	TJLP+2,45%a.a.	dez/24	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	263.057	293.716
BNDES - B e C	TJLP+2,45%a.a.	nov/26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	324.210	349.858
Risco Sacado	1,33% a.m.	Até 60 dias	Aval acionista	860	954
				<u>588.127</u>	<u>644.528</u>

Em 31 de dezembro de 2018 o saldo de R\$860 (R\$954 em 31 de dezembro de 2017) refere-se ao contrato firmado com o Banco Santander S.A. para estruturar, com seus principais fornecedores, a operação denominada "risco sacado". Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos emitidos contra a Sociedade para a instituição financeira que, por sua vez, passará a ser credora da operação. Esse contrato possui limite de R\$20.000 e taxa média de 1,33% ao mês.

Em 31 de dezembro de 2018, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2020	71.211
2021	77.223
2022	83.743
2023	90.813
Após 2023	<u>196.630</u>
	<u>519.620</u>

O item "h" das cláusulas restritivas do contrato firmado com o BNDES prevê que:

A Sociedade não deve realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Notas Explicativas

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais

Em 31 de dezembro de 2018 a Sociedade apresenta seu Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD abaixo de 1,3. No entanto, a Sociedade não realizou nenhuma ação que descumpra esta cláusula restritiva.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das demonstrações financeiras. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

13. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 31 de dezembro de 2018 o saldo de R\$16.992 (R\$11.836 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços. O saldo de R\$10.221 (R\$12.464 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Estes saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas, mútuos e debêntures para capital de giro.

Os saldos e as transações realizadas em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

<u>Ativo circulante</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
<u>Controladora</u>		
Contas a receber:		
Arteris S.A (a)	-	25
<u>Outras partes relacionadas</u>		
Intervias S.A. (a)	-	15
Total	-	40
<u>Passivo circulante</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
<u>Controladora</u>		
Empréstimo:		
Mútuos - Arteris S.A. (d)	270.384	-
Debentures - Arteris S.A. (c)	170.261	-
<u>Controladora</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A (a)	806	669
<u>Outras partes relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	11.912	3.028
	453.363	3.697
Total	453.363	3.697
<u>Passivo não circulante</u>		
<u>Controladora</u>		
Empréstimo:		
Mútuos - Arteris S.A. (d)	-	253.554
<u>Controladora</u>		
Debêntures:		
Debentures - Arteris S.A. (c)	100.847	158.962
Total	100.847	412.516

Notas Explicativas

Contas de Resultado:	PERÍODO			
	31.12.2018		31.12.2017	
	(Despesas)/Receitas financeiras (c)/(d)	Despesas gerais (a)	(Despesas)/Receitas financeiras (c)/(d)	Despesas gerais (a)
Controladora				
Arteris S.A.	(35.149)	(5.322)	(43.406)	(4.840)
Juros Capitalizados (*)	7.198	-	16.786	-
Total	(27.951)	(5.322)	(26.620)	(4.840)

(*) Referem-se a juros de dívidas com partes relacionadas que foram capitalizados.

a) Refere-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da Holding, baseando-se na receita das empresas do Grupo Arteris, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo Arteris, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias.

b) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação e sinalização horizontal, definidos em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.

c) Decorrentes da 2ª, 3ª, 4ª e 5ª emissões de debêntures, de série únicas, não conversíveis em ações, celebradas com a Arteris, cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos da Sociedade. Os títulos da 2ª, 3ª e 4ª serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de *spread* de 1,5% ao ano, com vencimento do principal e juros previstos respectivamente para 10 de abril 2019, 03 de julho de 2019 e 19 de outubro de 2019 respectivamente para cada emissão, já o título da 5ª é remunerado a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de *spread* de 1% ao ano, com vencimento do principal e juros previstos para 21 de maio de 2021. Os juros apresentados na demonstração do resultado estão líquidos dos juros capitalizados.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.12.2018		31.12.2017	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
10.04.2015	10.04.2019	CDI + 1,5% a.a.	72.004	33.175	72.004	26.178
03.07.2015	03.07.2019	CDI + 1,5% a.a.	12.000	5.094	12.000	3.961
19.10.2015	19.10.2019	CDI + 1,5% a.a.	35.000	12.988	35.000	9.820
21.05.2018	21.05.2021	CDI + 1,0% a.a.	99.100	1.747	-	-
			<u>218.104</u>	<u>53.004</u>	<u>119.004</u>	<u>39.958</u>

d) Contratos de mútuo passivo obtidos para financiamento das operações da Sociedade, com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais encargos de 1,037% a 1,70% ao ano com vencimentos de juros e principal em dezembro de 2019, conforme demonstrados a seguir:

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.12.2018		31.12.2017	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
06.10.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	8.000	12.535	8.000	11.304
27.10.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	9.000	13.941	9.000	12.566
05.11.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	6.000	9.245	6.000	8.331
27.11.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	7.000	10.657	7.000	9.598
05.12.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	5.000	7.577	5.000	6.823
19.12.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	8.000	12.031	8.000	10.830
13.09.2013	01.12.2019	CDI + 1,7% a.a.	18.000	12.824	18.000	10.813
18.12.2013	01.12.2019	CDI + 1,7% a.a.	20.000	13.442	20.000	11.261
15.01.2014	01.12.2019	CDI + 1,7% a.a.	20.000	12.789	20.000	10.728
10.02.2014	01.12.2019	CDI + 1,7% a.a.	20.000	12.566	20.000	10.520
15.05.2014	01.12.2019	CDI + 1,7% a.a.	20.000	11.777	20.000	9.780
			<u>141.000</u>	<u>129.384</u>	<u>141.000</u>	<u>112.554</u>

Notas Explicativas

Além das operações anteriormente mencionadas a Latina Manutenção de Rodovias realizou obras nas rodovias, registradas no intangível da Sociedade em 31 de dezembro de 2018 no valor de R\$32.879 (R\$75.259 em 31 de dezembro de 2017), em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.

No decorrer do exercício findos de 31 de dezembro de 2018, a Sociedade reconheceu, o montantes de R\$967 a título de remuneração de seus administradores, adicionado de R\$677 relativos ao rateio da "Holding", que totalizam R\$1.644 (R\$1.488 em 31 de dezembro de 2017), conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual sem encargos de até R\$1.700. Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos.

As transações com partes relacionadas são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

15. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação no Resultado - PPR anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e os objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, respectivamente, na rubrica "Obrigações sociais" são de R\$2.180 e R\$2.493.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

16. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários da rodovia, bem como processos trabalhistas e regulatórios.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados internos e externos, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações

Notas Explicativas

judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente os fluxos de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é conforme segue:

	31.12.2017	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31.12.2018
Cíveis	25.855	4.414	(380)	(2.086)	-	27.803
Trabalhistas	155	1.100	(38)	(85)	-	1.132
Regulatório	16.070	4	-	(120)	1.625	17.579
Total	42.080	5.518	(418)	(2.291)	1.625	46.514

	31.12.2016	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31.12.2017
Cíveis	1.584	26.634	(2)	(2.361)	-	25.855
Trabalhistas	84	149	(5)	(73)	-	155
Regulatório	14.309	2.450	(2.222)	(92)	1.625	16.070
Total	15.977	29.233	(2.229)	(2.526)	1.625	42.080

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável por seus assessores jurídicos totalizando R\$17.579 (R\$16.070 em 31 de dezembro de 2017).

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis, trabalhistas e regulatórios ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam o montante de R\$5.033 em 31 de dezembro de 2018 (R\$4.850 em 31 de dezembro de 2017).

Os depósitos judiciais no montante de R\$436 em 31 de dezembro de 2018 (R\$4.834 em 31 de dezembro de 2017) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Este saldo é composto em sua maioria por desapropriações e autos de infração impostos pela ANTT.

Provisão para manutenção e investimentos

A provisão para manutenção é calculada com base na melhor estimativa considerando os valores da próxima intervenção. A provisão para investimentos é calculada considerando os valores até o final da concessão com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos na construção e melhoria de rodovias.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é conforme segue:

Provisões	Circulante		Não circulante	Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2017	57	14.638	40.343	57	54.981
Adições/Reversões	(57)	-	31.326	(57)	31.326
Utilizações	-	(40.924)	-	-	(40.924)
Ajuste a valor presente	-	-	3.532	-	3.532
Transferências	-	49.305	(49.305)	-	-
Saldo em 31.12.2018	-	23.019	25.896	-	48.915

Notas Explicativas

Provisões	Circulante		Não circulante	Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2016	5.292	15.635	32.828	5.292	48.463
Adições/Reversões	-	-	12.121	-	12.121
Utilizações	(5.262)	(8.815)	-	(5.262)	(8.815)
Ajuste a valor presente	27	-	3.212	27	3.212
Transferências	-	7.818	(7.818)	-	-
Saldo em 31.12.2017	<u>57</u>	<u>14.638</u>	<u>40.343</u>	<u>57</u>	<u>54.981</u>

Os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, referentes às manutenções realizadas, foram de R\$40.924 (R\$8.815 em 31 de dezembro de 2017).

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é de R\$991.789, composto por 625.841.370 ações ordinárias e sem valor nominal integralizados pelo valor de R\$917.789 (R\$886.789 em 31 de dezembro de 2017).

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 ocorreram integralizações de capital referente a ata constituída em 21 de agosto de 2017 no montante de R\$31.000.

Em 2017 foi realizado aumento de capital subscrito de R\$315.500, mediante emissão de 199.272.879 ações, sendo integralizados neste mesmo ano o valor de R\$286.500.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:**Reserva legal e retenção de lucros**

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas**18. RECEITAS**

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Receita de serviços prestados	215.286	199.263
Receita de serviços de construção	101.892	236.633
Outras receitas	1.449	1.849
Receita bruta	<u>318.627</u>	<u>437.745</u>
ISSQN	(10.810)	(10.066)
PIS	(1.427)	(1.346)
COFINS	(6.585)	(6.213)
Outras deduções	<u>(121)</u>	<u>(300)</u>
Receita líquida	<u><u>299.684</u></u>	<u><u>419.820</u></u>

19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Despesas:		
Com pessoal	(8.077)	(8.034)
Serviços de terceiros	(1.743)	(1.610)
Manutenção de bens e conservação	(1.161)	(1.024)
Consumo	(1.478)	(1.541)
Transportes	(411)	(328)
Seguros/Garantias	(8)	(11)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(5.100)	(28.629)
Comunicação e marketing	(883)	(1.331)
Publicações legais	(239)	(273)
Depreciação / Amortização	(82)	(86)
Outros	(1.382)	(1.361)
Total	<u><u>(20.564)</u></u>	<u><u>(44.228)</u></u>

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Custos:		
Com pessoal	(19.177)	(17.980)
Serviços de terceiros	(23.782)	(21.795)
Conservação	(15.843)	(16.265)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(1.111)	(1.244)
Consumo	(4.024)	(3.823)
Transportes	(2.606)	(2.943)
Verba de Fiscalização	(4.911)	(4.765)
Seguros / Garantias	(2.025)	(1.993)
Provisão de manutenção em rodovias	(31.326)	(12.121)
Custos de serviços da construção	(101.892)	(236.633)
Depreciação / Amortização	(120.573)	(89.365)
Outros	(672)	429
Total	<u><u>(327.942)</u></u>	<u><u>(408.498)</u></u>

Notas Explicativas**20. RESULTADO FINANCEIRO**

Está representado por:

	31.12.2018	31.12.2017
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	515	829
Outras receitas	294	665
Total	<u>809</u>	<u>1.494</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(76.990)	(64.986)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(3.535)	(3.334)
Outras despesas	(3.169)	(1.408)
Total	<u>(83.694)</u>	<u>(69.728)</u>

21. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**a) Caixa e equivalentes de caixa**

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	31.12.2018	31.12.2017
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	35.091	17.904
Juros capitalizados	12.296	39.783
	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível do período	(54.790)	(37.689)

22. PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo básico de prejuízo por ação é feito por meio da divisão do prejuízo do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e do prejuízo diluído por ação.

	31.12.2018	31.12.2017
<u>Básico/Diluído</u>		
Prejuízo líquido do período	(87.986)	(67.744)
Número de ações durante período (Mil)	625.841	528.992
Prejuízo por ação	<u>(0,1406)</u>	<u>(0,1281)</u>

Não há diferença entre prejuízo básico e prejuízo diluído por ação por não ter havido durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

Notas Explicativas

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do prejuízo diluído por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do prejuízo básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme quadro a seguir:

	Nível	31.12.2018		31.12.2017	
		Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	Nível 2	7.734	-	13.768	-
Contas a receber clientes	Nível 2	-	10.822	-	8.751
Partes relacionadas	Nível 2	-	-	-	40
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	933	-	4.058	-
Outros Créditos	Nível 2	-	152	-	162
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	-	583.681	-	639.331
Empréstimos partes relacionadas	Nível 2	-	541.492	-	412.516
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	-	27.213	-	24.300
Partes relacionadas	Nível 2	-	12.718	-	3.697
Taxa de fiscalização	Nível 2	-	410	-	399
Outras contas a pagar	Nível 2	-	450	-	1.143
		<u>8.667</u>	<u>1.176.938</u>	<u>17.826</u>	<u>1.090.339</u>

O quadro acima apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 40 e as novas categorias de mensuração de acordo o CPC 48.

O pronunciamento técnico CPC 48 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O pronunciamento técnico CPC 48 também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

Mensurados a valor justo por meio do resultado

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Notas Explicativas

Ativo ou Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP aproximam-se dos seus valores justos em razão da TJLP ser uma taxa que, apesar de pré-fixada, não sofre variações, uma vez que é pré-determinada todos os trimestres pelo Conselho Monetário Nacional - CMN.

24. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento à Instrução CVM nº475, em 31 de dezembro de 2018, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e de mútuos com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases			
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	7,00%	8,75%	10,50%
Receita de aplicações financeiras	423	529	634
Juros a incorrer - Mútuos e Debêntures privadas (*)	(36.951)	(44.716)	(52.481)
Juros a incorrer CDI líquido (*)	<u>(36.528)</u>	<u>(44.187)</u>	<u>(51.847)</u>
TJLP	7,03%	8,79%	10,55%
Juros a incorrer - BNDES (*)	(56.684)	(67.258)	(77.833)
Juros a incorrer TJLP líquido (*)	<u>(56.684)</u>	<u>(67.258)</u>	<u>(77.833)</u>
Juros a incorrer líquido	<u>(93.212)</u>	<u>(111.445)</u>	<u>(129.680)</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus Banco Central do Brasil - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Notas Explicativas

c) Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2018 a Sociedade apresenta valores a receber no valor de R\$9.689 (R\$7.785 em 31 de dezembro de 2017) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectcar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

d) Risco de liquidez e gestão de capital

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2019	2020	2021	2022	2023 em diante	Total
BNDES Automático	7,72%	110.848	110.848	110.848	110.848	328.016	771.408
Capital de giro	17,18%	860	-	-	-	-	860
Fornecedores e cauções contratuais	0,00%	27.213	-	-	-	-	27.213
Outras contas a pagar	-	450	-	-	-	-	450
Partes relacionadas	11,81%	481.062	-	116.922	-	-	597.984
Fornecedores partes relacionadas	-	12.718	-	-	-	-	12.718
		<u>633.151</u>	<u>110.848</u>	<u>227.770</u>	<u>110.848</u>	<u>328.016</u>	<u>1.410.633</u>

Modalidade	taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	01/01 a 31/03/2019	01/04 a 30/06/2019	01/07 a 30/09/2019	01/10 a 31/12/2019	Total
BNDES Automático	7,72%	27.712	27.712	27.712	27.712	110.848
Capital de giro	17,18%	860	-	-	-	860
Fornecedores e cauções contratuais	-	16.992	-	-	10.221	27.213
Outras contas a pagar	-	450	-	-	-	450
Partes relacionadas	11,81%	16.992	107.192	17.701	339.177	481.062
Fornecedores partes relacionadas	-	12.718	-	-	-	12.718
		<u>75.724</u>	<u>134.904</u>	<u>45.413</u>	<u>377.110</u>	<u>633.151</u>

Notas Explicativas

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitos.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias; portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

26. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2018, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	92.764

(*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração ANTT e processos fiscais movidos pelas prefeituras de São Gonçalo e Rio Bonito, para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessas garantias em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é de R\$5.608 e R\$7.590 respectivamente.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Abaixo a relação de aumento de capital ocorrido na Sociedade:

Data	Aprovação	Valor integralizado
07.01.2019	AGE	9.000
21.01.2019	AGE	15.000
05.02.2019	AGE	500
20.02.2019	AGE	8.000
		<u>32.500</u>

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Autopista Fluminense S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Autopista Fluminense S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Autopista Fluminense S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado ("DVA"), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio

A receita proveniente de arrecadação de pedágio é decorrente dos termos e das condições estabelecidos no contrato de concessão rodoviária, que determina que "a concessão é um serviço público precedida da execução de obra pública (ativo intangível) que será explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários". Anualmente, as tarifas são reajustadas de acordo com o contrato de concessão, o que impacta diretamente a receita da concessionária com base no tráfego das rodovias. O sistema de arrecadação de pedágio é utilizado para a mensuração e cobrança das passagens de veículos, por meio das vias manuais (cobrança em espécie nas cabines de pedágio) e vias automáticas (abertura automática da cancela do pedágio em decorrência da leitura do dispositivo eletrônico de identificação ("tag") fixado no interior dos veículos, além da leitura da quantidade de eixos de cada veículo passante e a coerência entre o número de eixos cadastrados no "tag" e o número de eixos reais do veículo passante). Considerando esse contexto, identificamos o reconhecimento de receitas provenientes de arrecadação de pedágio como um assunto significativo que exigiu consideração especial de auditoria, além da utilização de especialistas em auditoria de sistemas para dar suporte a nossa avaliação e ao nosso entendimento sobre o funcionamento dos sistemas de arrecadação e para avaliar os controles existentes acerca do reconhecimento de receitas de arrecadação de pedágio. Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos aplicados, consideramos a receita reconhecida proveniente de arrecadação de pedágio aceitável no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 tomadas em conjunto.

Ativo intangível - Avaliação do risco de redução do valor recuperável do ativo intangível

O ativo intangível é composto principalmente pelos investimentos e pelas obras realizadas nas rodovias e representa 93% do total do ativo nas demonstrações financeiras. A avaliação do valor recuperável do ativo intangível das concessionárias federais da Sociedade, as quais realizam obras de ampliação da capacidade e de melhoramento das rodovias que representam adições expressivas ao ativo intangível, foi significativa para a nossa auditoria, porque o processo de avaliação é complexo, envolve um grau significativo de julgamento por parte da Administração e baseia-se em premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado. Dessa forma, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a utilização de especialistas para a avaliação da razoabilidade das premissas e das metodologias usadas pela Sociedade, em especial aquelas que se referem ao crescimento previsto da receita decorrente de arrecadação de pedágio, que pode ser impactado pela redução ou pelo crescimento econômico, pelas taxas de inflação esperadas, pela evolução demográfica, pelo volume de tráfego de veículos, entre outras premissas. As divulgações da Sociedade sobre o ativo intangível constam na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que evidencia a natureza de cada concessão, bem como os investimentos em melhorias na infraestrutura previstos para os próximos anos; e na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras, que demonstra a movimentação dos saldos de ativo intangível durante o exercício. Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos aplicados, consideramos aceitável o valor do ativo intangível relacionado às concessões federais no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 27 de fevereiro de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Paulo de Tarso Pereira Jr.

Auditores Independentes

Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8

CRC nº 1 SP 253932/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não há conselho fiscal.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Concessionária Autopista Fluminense S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Niterói-RJ, 27 de fevereiro de 2019.

Diretoria

Juan Gabriel Lopez Moreno
Diretor Econômico Financeiro/Diretor de Relação com Investidores

Flávia Lúcia Mattioli Tâmega
Diretora Jurídica

Sérgio Moniz Barreto Garcia
Diretor Superintendente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Concessionária Autopista Fluminense S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da DELOITTE TOUCHE TOHMATSU.

Niterói-RJ, 27 de fevereiro de 2019.

Diretoria

Juan Gabriel Lopez Moreno
Diretor Econômico Financeiro/Diretor de Relação com Investidores

Flávia Lúcia Mattioli Tâmega
Diretora Jurídica

Sérgio Moniz Barreto Garcia
Diretor Superintendente